



Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 1980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 66.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quilse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Hailton Macedo Soares Pereira, ocorrido dia 16 próximo passado, nesta Capital.

O extinto que contava 72 anos de idade, deixou viúva a Senhora Maria do Carmo Macedo Pereira e as filhas Terezinha Pereira de Miranda, casada com o Sr. Dr. Gilberto Xavier de Miranda Filho e Marina Neris do Rosário, adotiva.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário desta augusta Casa, REQUER a inserção na ata dos trabalhos de um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor OTÁVIO PEREIRA JÚNIOR, DD. Secretário da Justiça, pela inauguração

ontem, do CENTRO DE TREINAMENTO DE MÃO-DE-OBRA, no presídio do Ahú, denominado com muito acerto IVENS LAGOANO PACHECO.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça e à família do homenageado, anexando o conteúdo do pronunciamento.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER seja dirigido à dinâmica Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., um apelo no sentido de ser instalada, na sede do Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ, uma agência dessa organização creditícia oficial.

O presente apelo se inspira no movimento comunitário, que se desencadeou em Três Barras do Paraná, congregando pessoas físicas e jurídicas da maior expressão econômico-financeira, com a finalidade de reivindicar e lutar por todos os meios pela conquista de uma agência do Banco do Estado do Paraná, cuja preferência justificam apontando as facilidades que esse Banco oferece aos agricultores e as atividades agroindustriais em todo o Estado.

Requer ainda, que juntamente com o apelo seja encaminhado o anexo abaixo-assinado, subscrito por quase duas centenas de cidadãos que constroem a riqueza e fazem o progresso dessa nova unidade paranaense.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, DD. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando estudos sobre a viabilidade de elevação da Comarca de Palmeira à entrância intermediária, tendo em vista o grande volume de serviços forenses que estão a recomendar essa condição.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, indico para integrar a Comissão de Cultura e Esportes, o nobre Deputado MÁRIO CELSO, e como suplente o Deputado que o presente subscreve.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Vilson Ronald Ribas Deconto, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Administração, solicitando seja construído um prédio destinado à Agência de Rendas Internas de Jaguapitã, que atualmente encontra-

-se instalado em prédio alugado e que já não mais satisfaz às exigências para o seu funcionamento.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Vilson Ronald Ribas Deconto, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Administração, solicitando seja procedida pintura geral e reconstrução da casa do zelador da Escola de Aplicação Doutor Nilson Ribas de Jaguapitã.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Vilson Ronald Ribas Deconto, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Administração, solicitando seja procedida reforma no Grupo Escolar Professor Newton Guimarães de Jaguapitã.

Ao apresentarmos a presente solicitação, visamos que o Governo do Estado, melhore as condições de funcionamento do referido Grupo Escolar que apresenta elevado número de estudantes.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 84/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a "CASA DO PROFESSOR PRIMÁRIO DO PARANÁ", com sede na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Professor Primário do Paraná, entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, já foi considerada como tal, em âmbito municipal, pela Lei n.º 1.883, sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba.

A par deste atributo conta, ainda, com todos os pressupostos legais exigidos para tal fim, estando em perfeita consonância com as disposições contidas na Lei Estadual n.º 6994 de 10 de janeiro de 1978, especialmente as constantes em seu artigo 1.º, incisos I, II, III e IV, cujo atendimento poderá ser comprovado com a documentação anexa.

PROJETO DE LEI N.º 85/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRUDENTÓPOLIS, com sede e foro na Cidade de Prudentópolis.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Prudentópolis é uma entidade assistencial, fundada em 1.948, sem fins lucrativos, tendo como objetivo a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente como a higiene, assistência médica, assistência alimentar principalmente de família com prole numerosa, proteção e educação de crianças órfãs e abandonadas, proteção, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais.

Face ao exposto apresentamos o presente plano de lei esperando dos ilustres Pares o devido apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 86/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de "ARNALDO FAIVRO BUSATO" o Posto Estadual de Saúde da Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art. 2.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

Ao solicitarmos esta denominação para o Posto de Saúde da Cidade de Paranavaí, pretendemos homenagear um dos mais ilustres homens públicos que o Paraná já conheceu.

ARNALDO BUSATO foi, realmente, uma das figuras políticas mais expressivas deste Estado.

Sempre exerceu com destaque e dignidade todas as suas atividades profissionais e o conceito elevado que conseguiu obter junto ao povo, culminou por elegê-lo Deputado Estadual, Deputado Federal, ocupando, também, por várias vezes, Secretarias de Estado.

Foi um cidadão que dignificou todos os cargos que assumiu, realizando incontáveis serviços em benefício do povo paranaense.

Paranavaí foi uma das cidades que recebeu muitos melhoramentos em diversos setores graças ao trabalho desse grande líder.

A atual sede do Posto de Saúde daquela cidade foi construída graças ao seu empenho. O seu trabalho foi de fundamental importância na concretização da citada obra.

Por esta razão, nada mais justo do que prestar esta homenagem a esse grande paranaense que se foi mas cuja lembrança está bem viva, gravada para sempre no coração de todo o povo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"Acreditamos ser da maior importância a solenidade realizada em data de ontem na Prisão Provisória de Curitiba, no Bairro do Ahú, quando o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, inaugurou o Centro de Treinamento de Mão-de-Obra "IVENS LAGOANO PACHECO". Essa inauguração merece um destaque todo especial, principalmente pelo duplo significado que ela encerra.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar a justa homenagem

prestada ao jornalista Ivens Lagoado Pacheco, desaparecido da comunidade paranaense recentemente.

Ivens Lagoano Pacheco, nasceu no Estado do Rio Grande do Sul, veio para o Paraná no início da década de 50, onde estabeleceu-se na Cidade de Maringá.

Fundou e dirigiu por muitos anos "O JORNAL" um empreendimento que até hoje marca presença na "cidade canção".

Mais tarde Ivens Lagoano teve a oportunidade de trabalhar em diversos veículos de comunicação social nesta Capital.

Militou na saudosa Rádio Guairacá como repórter político e, nessa condição fazia a cobertura dos trabalhos desta nobre Casa de Leis. Seu contacto com os parlamentares era diário e sempre foi o interlocutor entre as atividades de cada um dos senhores Deputados e o público rádio-ouvinte do Paraná.

Na imprensa escrita, trabalhou no Jornal "Gazeta do Povo" onde assinava a coluna intitulada "Conta gotas", com o único propósito de registrar os fatos pitorescos acontecidos em nosso Estado.

Muitas vezes se preocupava em mostrar coisas de sua terra natal, o rincão gaúcho, reproduzindo passagens do rico folclore do Rio Grande do Sul.

Ivens Lagoano Pacheco é autor de vários livros e, ultimamente, trabalhava na assessoria de imprensa da Secretaria da Justiça.

Foi em suma, o bom gaúcho que soube conquistar os paranaenses e aqui viveu, talvez, os melhores anos de sua vida.

Em segundo lugar cumpre destacar o alto significado da obra ontem inaugurada pelo excelentíssimo Secretário da Justiça, Dr. Otávio Cesário Pereira Júnior, pois o Centro de Treinamento de Mão-de-Obra, hoje muito justamente denominado "IVENS LAGOANO PACHECO", junto aos quais: o centenário Presídio do Ahú, vai oferecer todas as facilidades de profissionalização para os detentos.

Nesse Centro serão ministrados cursos sobre mecânica em geral, serralheria, carpintaria, marcenaria, solda elétrica e eletricidade.

Até o fim do ano cerca de 400 apenados já estarão de posse de certificados de profissionalização e, desta maneira, estarão aptos a voltarem à sociedade.

Com isso pretende a Secretaria da Justiça colaborar para a reintegração do sentenciado e, ao mesmo tempo diminuir a taxa de reincidência entre os egressos do sistema penitenciário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos nesta oportunidade nos parabenizar com a Secretaria da Justiça por tão significativa obra de alcance social, e, desta tribuna também prestar a nossa homenagem ao brilhante jornalista IVENS LAGOANO PACHECO, assegurando aos seus familiares que ele deixa saudades em todos nós, quer pela sua obra, quer pela sua vida simples de bom gaúcho que, acima de tudo, amou o Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, subo à tribuna para levantar uma questão que considero grave: o problema do surto de hepatite que vem tomando conta da Capital, conseqüentemente, de todo o Estado.

Na dúvida, porque estou sentindo e estou preocupado com a situação, pois tenho encontrado diversos amigos, diversos conhecidos, acometidos dessa doença, começo a entender que, realmente, existe algo no ar.

Então, peço uma posição oficial da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, através de um pedido de informações que submeto à apreciação da Casa e o apoio dos demais Companheiros. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, solicitando informações com referência ao surto de hepatite, que preocupa a população do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que centenas de pessoas estão hoje acometidas, acometidas da doença denominada hepatite;

Considerando que diariamente os hospitais de Curitiba (maioria sem setor de isolamento) têm recebido consultas no sentido de como proceder quando da constatação da doença;

Considerando que o Hospital Oswaldo Cruz (um dos únicos com setor de isolamento) tem recebido para internamento uma média de 25 pessoas, diariamente, com hepatite;

Considerando que o Hospital de Clínicas, apesar dos problemas enfrentados, também tem atendido este tipo de caso;

Considerando que a grande maioria dos casos recebe tratamento nas suas próprias residências, com atendimento médico-particular;

Considerando que a própria imprensa já sentiu o problema do surto, fazendo alertas através da coluna de Carlos Jung no jornal "O ESTADO DO PARANÁ" e na coluna "ENTRE LINHAS", do jornal "GAZETA DO POVO", PERGUNTO:

1. Foi constatado surto de hepatite no Estado do Paraná?
2. Em caso de resposta negativa, qual o motivo do grande número de casos registrados na Capital do Estado?
3. Em caso de resposta positiva, quais as providências tomadas pela Secretaria para controlar o problema?
4. Existe algum plano para desenvolvimento de uma campanha preventiva contra a hepatite?
5. A hepatite é uma doença transmissível? De que forma se processa essa transmissão?"

Que seja dada então a resposta e a palavra oficial, através do Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social.

A questão fica então em debate e nós deixamos o alerta nesta Casa, para que os Srs. Deputados Estaduais do Paraná, naturalmente tomem ciência do que está acontecendo, em termos de contaminação, e do surto de hepatite que, coincidentemente, no ano passado, ocorreu na mesma época no mês de junho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Vou encaminhar à Mesa alguns requerimentos.

Um pedindo o envio de Telex ao Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Pena, reivindicando em nome da cafeicultura do Paraná. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja enviado TELEX ao Sr. João Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio, sugerindo que o novo preço de garantia do café não seja inferior a Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) por saca.

Essa reivindicação é endossada pela Associação Paranaense de Cafeicultores, Sociedade Rural do Paraná, Cooperativa dos Cafeicultores de Porecatú, Sindicato Rural de Londrina, Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Londrina, Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi (Londrina).

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FIORI LUIZ.

O outro requerimento, ao Ministro Delfim Neto, Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, propondo aumento do limite de remuneração para as cadernetas de poupança. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Ministros Delfim Neto, do Planejamento e Ernane Galvêas da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, Sr. Carlos Geraldo Langoni, propondo o aumento do limite de remuneração para as cadernetas de poupança.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A intensa e bombástica propaganda do Governo nos meios de comunicação, levou muita gente a abrir cadernetas de poupança nos bancos, nas caixas econômicas e nas instituições privadas.

Muitos chegaram a vender imóveis na certeza de que, entre juros e correção, teriam uma renda maior.

Ocorre que o lucro real da poupança é de 1/2 por cento ao mês.

O complemento é feito através da correção que é bem inferior aos índices inflacionários.

O CBPE — Centro Brasileiro de Produtividade e Expansão da Poupança, de forma inespiciável, limitou a taxa de correção sobre os depósitos, até 12,6 por cento por trimestre, incluindo os juros.

Como a inflação chega a 20 por cento por trimestre, é fácil deduzir que os depositantes estão sendo sonegados em mais de 7 por cento cada três meses.

Tal desvalorização é um desestímulo e o que se nota hoje é uma retirada maciça de recursos das cadernetas em função da diminuição da rentabilidade.

A campanha do Governo não atinge mais os objetivos, pois o sistema passou a se constituir num autêntico conto do vigário, num flagrante atentado à economia das classes mais humildes.

Dá insistirmos em que o Governo deve promover o reajuste de imediato, aumentando a rentabilidade das cadernetas, pela alteração do nível da correção monetária.

Deve observar, contudo, que os banqueiros já estão a exigir a revisão das taxas de juros praticadas pelas instituições. Uma medida não pode vir em prejuízo de outra."

O outro requerimento: — requer através de Telex um voto de apoio e congratulações ao Deputado Federal Samir Achoa pelo projeto de lei que disciplina a convocação de escolares para comparecimento às solenidades públicas. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Deputado Federal Samir Achoa (PMDB-SP), com voto de apoio e congratulações pelo projeto de lei que

disciplina a convocação de escolares para comparecimento às solenidades públicas.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei do Deputado Federal Samir Achoa, apresentado dias atrás no Congresso visa evitar a manipulação política das crianças que estudam em escolas oficiais e particulares.

Segundo o projeto do referido parlamentar, os escolares só comparecerão a tais solenidades com autorização escrita dos pais ou responsáveis e as escolas terão que distribuir água e alimentos durante as festividades.

O projeto veda a convocação de alunos para solenidades de caráter político, homenagens injustificadas ou para aplausos a autoridades.

Entendemos como da maior importância o referido projeto, pois tornou-se um hábito no País, a convocação de crianças, que são orientadas e perfiladas com a única finalidade de carregar bandeirinhas e aplaudir, criando um clima falso e altamente vantajoso para as autoridades que se servem desses expedientes recrimináveis."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Deputado Fideleino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Em meados de abril do ano passado, motivado pelo acidente registrado na usina atômica de Three Mile Island, no Estado da Pensilvânia, nos EUA, ocasionado pelo vazamento de um de seus reatores nucleares, desta mesma tribuna chamei à razão os responsáveis pelas questões energéticas e de segurança da Nação brasileira.

Condenei o desconhecido Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, traçado às ocultas por contrariar a consciência brasileira, rascunhado às escuras como se é projetado um plano com fins criminosos. Repleto de entrelinhas que escondem negociações fraudulentas.

Exprimi, naquela ocasião, não a minha revolta pessoal, mas a de todos os cidadãos que, além de nutrir respeito pela própria segurança, pela intangibilidade física de seus semelhantes, acodem em zelo pela salvaguarda genética das futuras gerações, cujos caracteres estão ameaçados de total destruição, quando não, por mutações fantasmagóricas, decretadas pelos mórbidos espíritos de circunspectos sexagenários descomprometidos com a ordem que disciplina a caminhada já não tão afinada do nosso Universo.

Repriso o primeiro parágrafo daquele pronunciamento: Cada e todo o ser humano têm o direito de lutar pela sua própria vida. É dever exercer o sagrado direito de defendê-la. Em hipótese alguma, pode o Estado assenhorar-se - invocando responsabilidade exclusiva na promoção do desenvolvimento econômico, social e político, como deu a entender o ex-presidente, General Ernesto Geisel, em março de 1977, em publicação intitulada "O Programa Nuclear Brasileiro", conhecida como "livro branco" - pode o Estado assenhorar-se dos destinos de todo um povo, como se a si próprio atribuisse as delegações de um pátrio poder ilimitado e infinitamente abrangente.

Reportei-me também, à irresponsável e inexplicada precipitação governamental da escolha de Angra dos Reis como sede dos primeiros projetos do programa nuclear.

Montadas sobre falhas geológicas e terrenos fracos, os armazéns de gases da morte lá estão a ameaçar o eixo Rio-

São Paulo com sobras para Belo Horizonte, caso aconteça um simples vazamento.

Explodindo, o Brasil será privilegiado com a existência de um túnel, varando o planeta de lado a lado, mas aí, não existirão olhos para enxergar o "Oco Ocidente-Oriente".

E, ainda, quanto ao manto de mistério que envolve o desenvolvimento desse famigerado programa nuclear, desde a feitura do acordo Brasil-Alemanha - quando até denunciou-se a existência de corrupção, beneficiando ilegalmente determinada empresa e favorecendo dois Ministros de Estado, os quais, segundo investigações iniciais teriam abocanhado vultosa soma a título de suborno - pode-se afirmar que a não participação sequer do segmento científico do País, é marca tradicional e registrada de regimes autoritários - como o nosso -, cujos poderes de decisão estão enfeixados nas mãos de alguns serviçais do arbítrio e do entreguismo, e por tabela, o auto-favorecimento ilícito.

E, o que é por demais revoltante ainda: o inoportunismo a efetivação desse acordo bilardário, quando o brasileiro padece carência de alimentos, de educação de moradia, de saúde, de respeito aos seus direitos naturais, tolhidos pela inexistência de um ordenamento constitucional que regre a vida nacional.

E dá-se seqüência ao tom megalomaniaco quanto amedrontador projeto de nuclearização.

No início do mês, mais precisamente no dia 4, isto é, na véspera da data dedicada à comemoração mundial do Meio-Ambiente, o despreparado Presidente Batista Figueiredo desapropriou, através de um decreto, uma área paradisíaca, uma verdadeira reserva ecológica, equivalente a 239 quilômetros quadrados entre os Municípios de Peruíbe e Iguape, no litoral de São Paulo.

Numa das praias ali existentes, serão levantados os monstros usinários 4 e 5 do Programa Nuclear.

A respeito, os editorialistas Carlos Alberto Sardenberg e José Meirelles Passos coordenaram uma reportagem na revista "Isto É", onde destacam o caráter secreto que acoberta o cumprimento o compromisso Brasil-Alemanha: "Nenhuma das setenta mil pessoas que residem nos Municípios paulistas de Peruíbe e Iguape foi consultada sobre a instalação ali em sua região de duas usinas nucleares.

Nenhum dos vinte e cinco milhões de moradores do Estado de São Paulo foi ouvido sobre o assunto.

Nenhuma das autoridades do Governo Estadual sequer participou do processo que levou à decisão de se instalarem as duas usinas ..., fora das áreas oficiais, não se ouviu nenhuma voz de apoio às usinas. Em compensação, não faltaram protestos dos moradores de Peruíbe, Iguape e Itanhaém, da comunidade científica, de entidades civis e de movimentos ecológicos que promoveram manifestações de rua em São Paulo, na quarta, 4, e quinta, 5, exatamente o Dia Mundial do Meio-Ambiente".

Este posicionamento de se reservar a si próprio, o poder de decidir questão que abrange e atinge foros íntimos de sobrevivência de todo um povo, é a evidência de um poder absolutista e despota.

E, por ser tirano, é cruel.

É o patrocínio da perpetração de um genocídio sem semelhanças na história da humanidade, cumprindo relembrar sempre Hiroshima e Nagasaki.

Certo é que, algumas vozes esparsas, ainda se fazem ouvir em defesa da construção de usinas nucleares no País.

Trata-se - no entanto - de vozes descredenciadas por demonstrarem nítido desconhecimento do problema em si e de seus desdobramentos.

O General Milton Tavares de Souza, por exemplo, chegou a classificar de "bobos, sem pés nem cabeça, os argumentos dos que se opõem às usinas nucleares". Também o Almirante Maximiano da Fonseca, Ministro da Marinha, afirmou que

"no mundo ocidental há cento e oitenta e nove usinas nucleares funcionando e nunca aconteceu nada".

Para responder às duas eminentes autoridades, relembro parte do discurso do Deputado gaúcho Gil Marques.

Disse ele, em julho de 1.979:

"A energia nuclear produzida através da fissão do átomo, tem a característica de gerar radioatividade que quando atinge o organismo humano é capaz de fazer com que o desenvolvimento celular se acelere, originando câncer.

Esse risco afetará permanentemente aqueles que habitarem na região das usinas nucleares.

Além disto, há o problema de acidentes que, embora decorrentes de pequenas falhas, podem ceifar milhares de vidas, desencadear câncer e mutações genéticas que comprometem as gerações futuras.

Exemplo disto é que a simples perda de radioatividade poderia ocasionar, conforme estudo da Associação Americana de Física, NADA MENOS QUE DEZ MIL MORTES POR INALAÇÃO DE POEIRA RADIOATIVA; QUINHENTAS A QUATRO MIL MORTES PELA LOCALIZAÇÃO DE ISÓTOPOS DE IODO RADIOATIVO NA TIREÓIDE; VINTE E DOIS A TREZENTOS MIL NÓDULOS BENIGNOS NA TIREÓIDE DE PSSOAS AFETADAS PELA RADIOATIVIDADE E DE TRÊS A TRINTA MIL DEFEITOS CONGÊNITOS EM FILHOS DE PAIS QUE SOFRERAM INFLUÊNCIA DE RADIOATIVIDADE".

"Isso - acrescenta Gil Marques - sem contar os malefícios criados pelo lixo atômico que continua a ser jogado no mar ou enterrado por não terem os cientistas achado solução para o problema".

E, para corroborar com as assertivas do parlamentar gaúcho, registradas ainda em 11 de julho de 1979, aí está a cidade paulista de Itu, conhecido polo turístico de São Paulo, a sofrer com o drama da descoberta de um depósito de lixo atômico em seu quintal.

E recentemente divulgou-se ainda que - um grande número de crianças com aleijões e defeitos do tipo tireóide nasceram na região de Three Mile Island, no Estado da Pensilvânia, onde no ano passado ocorreu um acidente nuclear, com o escape de gases de uma central.

Por volta dos anos 50, como consequência de uma experiência nuclear, realizada pelos Estados Unidos, no Pacífico, surgiram deformações em seres humanos e problemas do tipo tireoideo. E isto não é "ficção científica", como quis dar a entender o cineasta reacionário Glauber Rocha.

É realidade nua e crua.

Após tais experiência no Pacífico, habitantes da Ilha Marshall, começaram a se lamentar de problemas tireoideos.

Depois, as crianças nascidas na região apresentaram em altas porcentagens (19 em cada 21) tendências tumorais. Isso ocorreu sobretudo na Ilha de Rongelap, a 110 milhas de distância do local da experiência.

É justo que nos precavemos pela entrada abrupta e prematura da era nuclear.

O General Milton Tavares não pode qualificar de "bobos, sem pés nem cabeça", os cálculos dos geneticistas. Newton Freire-Maia, da Universidade Federal do Paraná e de seu irmão, Ademar Freire-Maia, da Universidade de Campinas, que dão conta de que a ocorrência de um acidente atômico no Brasil, em que a população recebesse, num curto período de tempo, apenas a única dose de um "R" (Roentgen, unidade básica para medida da intensidade das radiações), nasceriam, na geração seguinte, de 4 a 25 mil doentes por distúrbios genéticos.

Conforme ainda os estudos dos irmãos Freire-Maia, baseados na estimativa de que essa ínfima dose de radiação é capaz de produzir um aumento de 100 por cento na taxa normal de mutações genéticas e cromossômicas, ocorreria 1 por cento de mortes pré-natais (abortos e nati-mortos) e um acréscimo,

impossível de ser calculado, de distúrbios mentais e mal-informações congênitas, isto é, os chamados "defeitos de nascença".

O povo brasileiro, principalmente o que está instalado nas áreas "premiadas" pelos tecnocratas com a decisão de nelas serem erigidas a mostra do potencial bélico nuclear tupiniquim, exige, e com inegáveis direitos, satisfações definitivas dos órgãos executores do programa nuclear ora em implantação.

Se me referi a esse projeto como com finalidades beligerantes, estas afirmações não podem ser de pronto negadas, vez que o Brasil dispõe de três quartos de seu potencial hidráulico totalmente inexplorado.

Apesar de seu elevado índice poluente, o carvão do cone sul do País é outra fonte energética não lembrada como item capaz de - ao menos - prorrogar o desencadeamento da era nuclear na Nação, pelo menos até que o estágio da tecnologia destinada a domesticar definitiva e completamente o átomo, seja alcançada.

Aliás, essa tecnologia é tão vaga que não permite aos usuários da energia nuclear, um descarte seguro do lixo atômico. É de se frisar que não se ouviu por parte de um cientista sequer, dentre os ligados à área oficial, qualquer menção ao menos, no sentido de se aprofundar estudos para aproveitamento da energia solar.

Denunciou-se a existência de um depósito de lixo atômico no Município de Itu.

Naturalmente, a população está alarmada.

Um grupo de cientistas e técnicos paulistas examinaram amostras do material radioativo extraído daquele armazenamento. Os resultados referentes ao teor de tório e urânio conferem com os obtidos e divulgados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN -. Sabe-se que esse órgão, de posse desses exames, através de seu presidente, o Professor Hervásio de Carvalho, determinou-se a tranquilizar o povo ituano, destacando que todas as medidas de segurança sanitária foram adotadas, não havendo o menor risco ou perigo para as pessoas ou populações vizinhas.

No entanto, persiste a intranquilidade na região.

Realmente as medidas espectroscópicas revelam que a série resultante do urânio, não apresenta perigo, possivelmente porque o isótopo do elemento intermediário radômio foi liberado durante a pulverização.

Entretanto, a série espectroscópica do tório, indica a presença de emissores alfa e gama em quantidade apreciável, possivelmente porque seus elementos intermediários, de vida mais curta, não foram liberados durante a pulverização.

Conseqüentemente - assinala o jornal Folha de São Paulo, 13.6 - "o material apelidado Torta 2 e que está sendo estocado em Itu, apresenta um grau de periculosidade apreciável".

O mesmo articulista da "Folha" registra - "esses dados permitem concluir que há periculosidade para aqueles que manipulam o pó e que contatos prolongados também envolvem perigos. Materiais semelhantes em minas e usinas de pulverização dos Estados Unidos, Alemanha e Canadá, que operavam em condições precárias nas décadas de 50 e 60, provocaram a morte de 20 a 50 por cento dos trabalhadores que tinham contato cotidiano com esses produtos. As principais causas teriam sido radômio liberado pela manipulação do material e pó inalados, o que resultaria em câncer do pulmão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está historiado que há 20 anos passados, era entusiasmante a recepção que se dedicava à energia nuclear.

Apoiando-se na teoria de Einstein, a população mundial não precisava temer a falta de energia. No entanto, a sucessão de acidentes, mortes, liberação de material radioativo, levou a humanidade, à reavaliação da questão nuclear.

Com o acidente de Three Mile Island, quando um de seus reatores esteve fora de controle por uma semana, armazenando e esquentando energia, a dogmatizada segurança dessas usinas foi posta em debate.

Bem, se a explosão de Three Mile Island - graças a Deus - não aconteceu, também - até hoje - se ignora como o tal reator foi desativado.

Paralelamente, os tecnocratas entronizados no Poder, fazendo coro às declarações destrambelhadas e neófitas de incensadores do Sistema, argumentam a necessidade de se atingir o "status" de potência nuclear, para o País situar-se entre os grandes do mundo.

SERIA DIVERTIDO, SE NÃO FOSSE TRÁGICO.

Que potência poderia ser um País que ostente uma dívida externa superior a cinquenta milhões de dólares? Cujos índices de inflação estão prestes a ultrapassar a casa de cem por cento - ou em linguagem de economês moderno - a casa dos três dígitos? Que ainda não possui um modelo econômico definido, eis que suas finanças dançam ao som de uma orquestra desafiada? Que ainda não conseguiu reger sua política agrária, transformando seus homens de campo em ciganos dentro de seu próprio território ou quando não, expulsando-os para outras plagas? Incapaz de determinar o decréscimo da criminalidade, originada principalmente nas disjunções sociais e na desacertada política de divisão de renda? Que potência poderia ser um País que apresenta aos olhos do mundo, uma assombrosa taxa de mortalidade infantil?

Que potência poderia ser um País, onde a existência de favelas deixou, de há muito, de ser privilégio das grandes capitais?

Hoje qualquer cidade de porte médio e centenas de pequenas cidades, já exibem seus cinturões de moradias sub-humanas.

Um jornal paulista dá a seguinte nota: "De uma janela qualquer de Pituba, bairro de classe média ascendente em Salvador, podem se ver enormes ratalhões desfilando pelos quintais, entrando por janelas, subindo gradis invadindo todo lugar que lhes seja interessante. Muitos cidadãos resolvem ir ao supermercado comprar veneno de rato, para pelo menos sanear parcialmente uma área pequena. Mas, quando pensam duas vezes, não compram o veneno, porque têm medo de assim estarem assassinando um ou mais pobres, dos que catam no chão e nas latas de lixo, alguma coisa para comer na verdade, as pessoas mais conscientes não se permitem nem borifar inseticidas numa lata de lixo onde se reúnem moscas, porque poderão estar envenenando alguém, talvez famílias inteiras."

Que potência seria um País, onde sua televisão mostra que urubus e ratos já fazem parte da mesa (ou de um caixote) de centenas de brasileiros.

E digo mais. Entendo como errôneo e como péssimo incentivo à população - principalmente aos jovens o condicionamento do domínio de um determinado quociente de poderio nuclear, como elemento comprobatório de seu "status" de potência mundial.

Aplicar-se-ia tal regra também para o ser humano?

Isto é - ao ignorante, esfaimado, doente, descalço e nú, conferir-se-ia o diploma de potente, única e simplesmente diante da apresentação de uma arma?

Definitivamente, não deverá ser este o conceito de potência mundial que se deva aplicar às nações que almejam atingir tal posição.

Potência mundial será pois, o País onde a Justiça impera; onde prevaleça sua Soberania; onde se respeita a Soberania dos povos irmãos; onde não se sinta o fétido odor do arbítrio e da prepotência; onde a cadeia exista para corruptos e violentadores da ética social e não para operários e estudantes; onde o salário seja compatível com as necessidades primeiras da família que trabalha; onde o ensino não seja privilégio de uns e proibitivo para quase todos; onde a saúde seja o bem maior; onde a terra seja meio de produção para todos e não para especulação de uns poucos, enfim, onde o povo participe das decisões de seus governantes.

Potência mundial será sim, a Nação que escrever e obedecer seu quadro de leis, sua Constituição.

DECIDIDAMENTE, ALGUÉM ESTÁ SENDO BOBO DE ALGUÉM.

Mas, finquemos pé no debate que nos trouxe a esta tribuna.

O governo brasileiro deixou-se envolver pela negociação que lhe foi proposta pelo governo alemão.

Desconhecem-se as razões.

Se a Nação brasileira foi envolvida, não o foi porque assim o quis, mas porque assim o fizeram. Afinal de contas, nada lhe foi perguntado.

Pretende-se que de nenhum aspecto, de nenhuma outra maneira, ela se manifeste.

Haja visto, na última semana, e a discussão que ora se trava até no Congresso Nacional, do relatório que pretende dizer que os que se manifestam contra o Acordo Atômico Brasil-Alemanha, seriam judeus, norte-americanos e comunistas.

Estranha união: judeus, norte-americanos e comunistas contra o Brasil.

Estranha união..."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que, segundo a Liderança do PMDB, Vossa Excelência poderá usar o tempo regimental concedido ao partido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

"Sabe-se que, de repente, estava com seus pés na pista da corrida nuclear.

Ainda a revista "Isto É", nos dá a idéia de como realmente existem "coincidências demais que andam vibrando como metal sonante".

Eis o que diz "Isto É": "Angra-I, usina comprada à companhia norte-americana Westinghouse, deveria estar pronta em 1977, a um preço entre 500 a 600 dólares o quilowatt. Estamos em 1980, e a usina está quase pronta, mas não passou por testes que deverão ser feitos até o final do ano, mas ainda sem urânio. Só na base da simulação.

O preço voou — foi para dois mil dólares o quilowatt. Explicações? Inexperiência e detalhes do tipo "falta de estradas" até a obra. Com a Angra-II, usina adquirida à alemã Kraftwerke-Union KWU - já no quadro do acordo Brasil-Alemanha, assinado a 26 de junho de 1975, aconteceu estranho fenômeno: no dizer de um importante técnico paulista, colocaram a usina sobre um bicho comedor de estacas. Por falta de estudos geológicos, ou por um enorme erro de engenharia, a usina foi projetada sobre uma das raríssimas falhas geológicas daquele litoral, terreno ruim que exigiu nada menos que 1.800 estacas de concreto, ao preço de 60 mil dólares cada, para segurar o reator.

Que o programa nuclear está sendo desenvolvido acoberado por gordas negociatas, é afirmativa que existe e paira em todas as inteligências, exigindo sérias investigações.

A revista "Der Spiegel", uma publicação alemã, isto é, editada na única nação interessada no "chuncho" foi a autora de uma primeira denúncia de corrupção, envolvendo dois ministros de Estado e acusando o favorecimento ilegal de uma empresa.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, iniciada em 1978, para processar a averiguação das denúncias, foi suspensa pelo presidente do Senado e impedida de continuar durante o recesso, para ser reativada em março de 1979, quando então o Ministério estaria quase que totalmente modificado.

Por outro lado, continua sendo discutível a tese da necessidade econômica da energia nuclear.

Quando explodiu a notícia de que o Brasil havia se embrenhado no carreador nuclear, argumentou-se que os recursos hídricos nacionais, fontes básicas da produção da nossa energia elétrica, estariam esgotados antes de emplacarmos o ano 2.000,

o que forçava busca de outros meios energéticos.

Cegamente, decidiu-se pela energia nuclear, projetando-se a edificação de nove usinas que entrariam em funcionamento em 1990, oferecendo uma produção de 10 milhões de quilowatts, que deveriam custar treze milhões de dólares.

Neste custo, estariam somadas as usinas de enriquecimento e de reprocessamento de urânio.

Ninguém ignora a total adulteração havida no cronograma e nos custos do projeto.

Ressalte-se que a alteração dos custos foi tamanha que não pode ser considerada apenas uma falha corriqueira de cálculo ou estimativa.

Enfatiza-se que as falhas nos cálculos dos preços é demonstração da ignorância em relação à matéria.

Para simplificar: vieram os alemães, venderam peças desconhecidas para construção de uma máquina que não saberíamos montar. Portando-se como um mascate oportunista, depois de ter sua mercadoria rejeitada pelo ayatolá Khomeini, o governo alemão tratou de "empurrar goela adentro" as duas usinas anteriormente encomendadas junto à KWU. E, graças à cumplicidade dos esbulhadores da nação, tudo foi facilitado para que a venenosa mercadoria "difícilíssima de ser comercializada no resto do mundo", fosse baideada para o nosso litoral, mais precisamente para a região de Angra dos Reis e, ressaltado, para serem erguidas na praia de Itaorna, cujo nome, oferta indígena, significa "pedra podre".

E o governo brasileiro comprou mercadoria praticamente desconhecida, pois não existe em prateleiras e nem se conhece sua tabela de preços.

Agora - recentemente - vem a notícia de que a KWU, empresa alemã responsável pela construção das usinas Angra II e III, com prioridade para encomenda de mais duas usinas do mesmo modelo Angra II e III, - está alegando o direito de renegociar os preços dos reatores paulistas com a NUCLEBRÁS, já que o valor fisgado em 1975, era para apenas as usinas de Angra dos Reis e, tendo em vista que os preços subiram consideravelmente.

Sim, os preços subiram consideravelmente.

E o que nós temos a ver com isso?

Temos muita coisa, sim.

Nosso governo, embora à nossa revelia, é signatário do Acordo Brasil - Alemanha: Desconhecemos todos os termos, todas as cláusulas, todas as obrigações contratuais exaradas nesse documento, mas somos obrigados a arcar - por tabela -, com todas as suas consequências.

E quais são essas consequências?

Conhecemo-las todas:

Comprometimento do nosso meio-ambiente; aumento para um teto de insolvência de nossa já elevadíssima dívida externa; gerência de uma tecnologia ainda quase de todo desconhecida. E a pior de todas talvez - a de origem psicológica -, esta que já dá sinais visíveis de sua existência: O MEDO QUE COMEÇA A ENVOLVER A NAÇÃO BRASILEIRA.

Economicamente, como alternativa energética em relação ao nosso potencial hidráulico, e à guisa de respaldo para entrada brasileira na era nuclear, estimou-se que os recursos hídricos brasileiros cobriam a necessidade de 130 milhões de quilowatts insuficientes já no ano 2.000.

No entanto, está verificado que a projeção de gasto de energia era feito com base no chamado "milagre econômico", desleixando-se as reservas hídricas mas, oficialmente, nossos recursos hídricos superam a casa dos 213 milhões de quilowatts. As hidrelétricas em funcionamento registram o aproveitamento de 26 milhões; as em fase de construção colherão 24 milhões. Nesses dados, não foram computados os recursos oferecidos pelo Rio Amazonas, parte de seus afluentes, aproveitamento de mini-quedas, das usinas reversíveis e o reaproveitamento das atuais usinas.

Para finalizar esta análise no que tange ao aspecto econômico da questão em pauta, cumpre trazer à luz o exemplo dado por São Paulo, onde se dava como ponto encerrado, que suas reservas hidrelétricas estariam esgotadas em 10 anos.

Sabe-se no entanto, que tão somente o reaproveitamento do recursos hídricos já utilizados no Estado, através do aumento da eficiências das atuais usinas, permite elevar o potencial até 15 milhões de quilowatts, ou seja, praticamente 50 por cento.

Agora, verifiquemos que todo o programa nuclear vai gerar coisa de 10 milhões de quilowatts. Portanto, equivalente ao que praticamente vai gerar Itaipu.

POR QUE AS USINAS NUCLEARES ENTÃO?

E nós responderemos:

Simplesmente para dar curso às negociatas praticadas impunemente pelos que desgraçadamente não têm que prestar contas ao povo de seus atos, eis que atingiram o topo do poderio governamental, alçados por estratégias golpistas e inconfessáveis: simplesmente para sustentar o instinto megalomaníaco, pois é justamente das grandes empreitadas: Tranzamazônica, Rio-Niterói, Itaipu, comercialização da Light, e Acordo Nuclear Brasil - Alemanha, (dentre outras faraônicas que SAEM AS GRANDES PROPINAS, OS ELEVADOS SUBORNOS, AS COMISSÕES MILIONÁRIAS, AS EXCELSAS MORDOMIAS).

Daí a razão porque o Governo não submete a um debate franco e democrático, o atual Programa Nuclear Brasileiro.

Por isso, exclusivamente por isso, porque o atual Governo também precisava uma obra grandiosa, como precisou Médiçi com a Tranzamazônica, como precisou Geisel com a ponte Rio-Niterói, como precisam todos os ditadores, para se sustentarem no poder e para pretenderem dar falsa motivação aos seus governados.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito de que nós, a parcela de paranaenses que habitam o litoral deste Estado e propriamente Curitiba, não está isenta do desastre que vem a ser a falha na construção destas usinas que pretendem instalar na praia do litoral paulista.

Só para dar um dado, a baixa, a queda da valorização dos terrenos nas praias de Peruíbe, Itanhaém, em São Paulo, foi na ordem de 40 a 50 por cento, tão logo se anunciou a instalação ali daquelas usinas, face ao verdadeiro pavor que esses monstros criam no meio da população".

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, inicialmente desejo cumprimentá-lo, pela forma como se comporta na tribuna, e pelo trabalho magnífico que realizou a respeito do assunto, trazendo a esta Casa.

Evidentemente, o Brasil inteiro está acompanhando o drama das populações do litoral sul de São Paulo, com a desapropriação dos 23.600 hectares entre Iguape e Peruíbe, já que o Governo pretende ali instalar duas usinas nucleares.

Mas a grande verdade é que um País que se debate na pior inflação de sua história, fica ainda esquentando a cabeça do povo com usinas nucleares, quando antes, devia, isto sim, por a casa em ordem.

Evidentemente que no programa das usinas nucleares, exista a tese do Governo de que a instalação destas usinas trazem segurança e não os prejuízos, que são apontados.

Isto chamou-me à atenção, e não quero roubar o tempo de Vossa Excelência, apenas para fazer menção a três nomes: primeiro, do General Dirceu Coutinho, que a respeito do acordo nuclear deu a seguinte declaração: Não sou contra o acordo nuclear, e sim contra a maneira como vem sendo conduzido.

Severo Gomes - ex-Ministro da Indústria e do Comércio, tem uma declaração que inclusive está publicada hoje no jornal Folha de São Paulo. Diz Sua Excelência: A decisão de construir usinas nucleares tem implicações tão profundas com relação ao

futuro, à segurança e à vida da sociedade, que ela não pode ser tomada a portas fechadas por burocratas e administradores.

As afirmações da sua necessidade e da ausência de cursos que vêm tantas vozes, tão pouco acreditadas ao lado da atitude crítica das figuras mais expressivas e independentes do meio científico brasileiro, já é o suficiente para alarmar a todos. Com os elementos hoje disponíveis para o julgamento, sou contra.

Paulo Egídio Martins, ex-Governador de São Paulo, também diz: em uma análise sintética e bruta, o Brasil necessita de duas, três ou até mesmo quatro usinas nucleares para a absorção da tecnologia, e principalmente para acompanhar o desenvolvimento que fatalmente ocorrerá neste fim de século. Entretanto, sou contra o programa de disseminação dessas usinas. Sou contra a substituir a energia elétrica pela nuclear e sou contra a instalação de usinas nucleares em São Paulo, por ser uma tecnologia que ficará sob o domínio do Governo Federal, conforme determina a lei.

Mas o importante, Sr. Deputado, é que as coisas sejam feitas exatamente da forma como observou Severo Gomes. São feitas com decisões tomadas a portas fechadas, por burocratas e administradores, não se dando mais uma vez ao povo o direito de respirar a respeito do assunto. Porque até para respirar o povo vai perdendo o direito, porque a poluição é indiscutível.

E o que é que está acontecendo? É que estamos vivendo exatamente uma fase em que o povo já não tem mais o direito de se pronunciar. O povo que tinha tão pouca coisa para fazer em termos de eleição, já está perdendo até o direito de eleger seus Prefeitos e Vereadores.

E o povo agora não é ouvido, nem para saber se ele quer ou não que haja eleição. Se ele quer ou não defender seu interesse, como no município onde receberá estas usinas, a Câmara inclusive já se manifestou, procurando as corridas, votar lei para não permitir a instalação das usinas, como a própria Assembleia do Estado de São Paulo se manifestou, com a apresentação de um projeto para que, se houvesse um plebiscito, para que pudesse ser instalada ou não, uma usina.

O Senador Franco Montoro, da mesma forma, está em pleno Congresso, está em votação, também em tramitação, um trabalho seu que exige que haja um plebiscito. É preciso que, pelo menos neste aspecto, o povo possa ser ouvido.

Era o aparte modesto que queria fazer a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço, porque ele enriquece o nosso pronunciamento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Nelson Friedrich — Serei breve, nobre Deputado, porque cumprimentá-lo, seria até repetitivo, mas bilhante à sua explanação.

Na verdade, gostaria só de expor a opinião clara de que como o Irã rejeitou as usinas nucleares, a Alemanha tinha que jogar a sucata em algum lugar. E aí a canalhice dos entreguistas brasileiros se fez presente, e elas se instalam no Brasil.

O pior de tudo, Deputado, é que na Alemanha estão suspensas todas as obras de construção das usinas nucleares, enquanto não se encontrar uma solução segura, técnica e viável para o lixo atômico. A Áustria, nobre Deputado, tem uma usina nuclear pronta, como a do Brasil, pronta, falta só inaugurar e entrar em funcionamento. Em função de um plebiscito nacional, a usina está fechada.

Deputado, na verdade, agora estamos sendo já acusados de emocionais na análise da questão. Para nos convencer, o Governo acaba de mandar uma equipe de tecnocratas para a Alemanha, para descobrir e trazer técnicas de publicidade para

convencer o povo brasileiro da melhor maneira.

Só gostaria, para não ir muito longe neste conto do chuncho atômico, gostaria tão somente de terminar dizendo que esta equipe que foi à Alemanha, que trouxesse algumas amostras do lixo atômico e distribuísse a todos aqueles que são a favor das usinas nucleares e que reunissem as suas famílias, e fizessem bom proveito dele.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado ao Partido Popular, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O assunto que me traz à tribuna nesta tarde, é de conhecimento desta Casa, através do noticiário dos jornais, e constitui preocupação da mais alta prioridade para todos que desejam a multiplicação das oportunidades sociais e econômicas em nosso Estado, particularmente na região do litoral paranaense. (Lê):

“O turismo se transformou em rendosa indústria, em muitos países. Traz-lhes, a cada ano, considerado soma de divisas, pelo afluxo, nas épocas sazonais, de “globe trotters” de todas as partes do mundo.

O Brasil despertou muito tarde, não obstante os numerosos atrativos naturais que possui, de norte a sul, de leste a oeste. Mas, está empenhado em recuperar o tempo perdido, através de uma política sagaz e eficiente. Não só o carnaval, como também as belezas naturais, o folclore, etc., se constituem em outros tantos chamarizes de turistas nacionais e estrangeiros.

O Estado do Paraná se insere neste contexto, com o esplendor da Serra do Mar e a audaciosa estrada de ferro Curitiba - Paranaguá, com o exotismo da Vila Velha, com a majestade e o estridor Salto das Setes Quedas e do Salto do Iguaçu, com a imensidão verde dos campos de soja e café, com a azáfama de colônias polacas, russas, alemãs, italianas, holandesas e nipônicas na construção da nossa grandeza econômica, ao lado de gaúchos e catarinenses, de nordestinos e mineiros, de paulistas, matogrossenses e goianos.

É grande e irreparável perda a submersão, dentro de breves anos, do Salto das Sete Quedas, em virtude do surgimento da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A Natureza foi pródiga, no entanto, com a nossa terra, tanto que, agora, novas maravilhas naturais, como o belo litoral, atraem novas correntes de turistas, geradoras de moedas fortes para o nosso País.

Cumprir destacar a Ilha do Mel, como um dos mais encantadores recantos em nossa faixa litorânea. Praias formosas e lugares pitorescos excitam a imaginação e emprestam novo sabor à vida. A Fortaleza, vetusta e heróica, relembra, com os seus canhões seculares, o glorioso episódio do combate do “Cormorant”, navio de guerra britânico repellido, quando tentava atacar navios mercantes do Brasil.

A Ilha do Mel se tornou, porém, nos últimos dias, o fulcro de acirrada polêmica, pelo fato de um grupo econômico local, talvez vinculado a grupos do exterior, estar desejando o aforamento da mesma, para transformá-la num respeitável centro turístico.

Cabe recordar que, já em 1979, havíamos focalizado, desta tribuna, os cruciantes problemas da Ilha do Mel. Referimo-nos então, à poluição de suas fontes de abastecimento de água para consumo, como referimo-nos ao abandono criminoso em que a haviam deixado os poderes públicos estaduais, abandono que motivou a devastação de suas reservas florestais, a depredação dos monumentos históricos, representados pelo

Forte, pelo Farol, e a sujeira imperante em toda parte. Pior ainda que tudo isso, a ameaça visível de ser a ilha cortada pelo meio, por força da corrosão das águas do oceano. Sinais comprometedores são observados, aqui e acolá, o que ressalta a necessidade e a urgência de obras de enrocamento para proteção da parte costeira.

A imprensa vem fazendo denúncias contra o grupo interessado na implantação de amplo projeto turístico. O grupo interessado, à guisa de defesa, expõe seus objetivos, procurando demonstrar que é um grupo nacional e que não pretende prejudicar ninguém, nem mesmo os detentores de posses, como sucede com os pescadores lá radicados. Visa a edificação de um centro turístico na Ilha do Mel, e levar para ela os serviços de água e esgoto, energia elétrica e transporte interior não motorizado. Além disso, declara-se favorável à manutenção dos ninhos ecológicos e da reserva biológica, para o que invoca a cooperação dos órgãos técnicos competentes do Estado e da União. Alega ainda que seu projeto já recebeu parecer favorável da PARANATUR, numa prova de que há o reconhecimento da utilidade e da grandiosidade desse projeto.

Surpreendeu-nos, contudo, a iniciativa do Estado, no sentido de apossar-se da Ilha do Mel. O titular da Pasta do Indústria e Comércio, se revela contrário à pretensão do grupo econômico privado, por considerar que o Estado do Paraná tem condições de agir no caso, e de realizar, por si só, o projeto turístico em pauta, apesar do seu custo estar orçado em muito além dos 500 milhões de cruzeiros.

Causa estranheza essa atitude, porquanto o Estado do Paraná, por suas autoridades, nunca se interessara em levar maior segurança aos moradores da Ilha do Mel.

Como o assunto está sendo distorcido, porque existem importantes interesses econômicos em jogo, a opinião pública paranaense tem o direito de exigir completo esclarecimento, ainda mais porque se acha em causa o patrimônio público paranaense. Não podemos consentir que esse patrimônio público seja lesado.

Indo ao encontro do desejo da preocupada população paranaense, no sentido de que o assunto seja esclarecido convenientemente, nada melhor do que intervir nele esta Assembléia Legislativa. Somos guardiões do patrimônio público, e somos defensores acérrimos dos altos interesses do Paraná. Não podemos omitir-nos, por isso, no caso da Ilha do Mel. Ficaremos definitivamente inteirados de todos os aspectos do problema, se decidirmos mergulhar nele. O instrumento mais adequado é, por certo, a Comissão Especial, prevista pelo nosso Regimento Interno. Assim, pois, com o único e exclusivo propósito de lançar luz sobre este problema, tomamos a liberdade de requerer a constituição de uma Comissão Especial sobre a Ilha do Mel, a fim de que a mesma possa convocar, para depoimento, todas as pessoas que se acham envolvidas no momentoso problema. A coleta de opiniões, dados e documentos, nos fornecerá os elementos necessários para um julgamento imparcial e justo.”

Pelas razões que expusemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresento nesta oportunidade para apreciação desta Casa, o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, no uso e gozo de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, constituição de uma Comissão Especial para tratar de assuntos relacionados com a Ilha do Mel, a fim de que, através de depoimentos e de documentação reunida, possa ser feita a devida avaliação do problema, com isenção e com patriotismo, constante a comissão sugerida de sete membros.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Consulto à Liderança do PDS, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Apenas para transitar em julgado, para que não fiquem apenas algumas opiniões a respeito do assunto ENERGIA NUCLEAR, para que não fiquem apenas as afirmativas, corretas em parte, do nobre Deputado Nilso Sguarezi, e incorretas em outras; para que não fiquem nos apartes, principalmente do nobre Deputado Nelson Friedrich, que chamou de canalhas os técnicos em energia nuclear no Brasil.

Para que, esta Casa, que é um foro de debates, que é uma Casa onde as opiniões divergem, e devem ser aceitas pela Casa, aquelas que, efetivamente, trazem alguma coisa de positivo para a coletividade brasileira. Também quero dar minha opinião sobre o assunto.

Não endossando as acusações que faz o nobre Deputado Nilso Sguarezi, da sua tribuna, a diversos generais das Forças Armadas; não endossando as acusações de que houve negociações incríveis na contratação do Acordo Nuclear Brasil - Alemanha, mas também não defendendo, porque não sei se houve negociações, se os generais estão envolvidos, se os técnicos em energia nuclear são canalhas, se os ratos estão comendo os brasileiros, nada disso eu sei.

Não estou, absolutamente, endossando nem defendendo.

Acho que o Brasil não foi aquinhoado pela natureza, como muita gente pensa, com algumas das principais fontes de energia responsáveis, em grande parte, pelo estágio do desenvolvimento alcançado por outros países que conseguiram dar, a seus povos, melhores condições de vida.

É o caso do Irã. É evidente que o Irã não tinha nenhuma necessidade de contratar usinas nucleares em seu país, porque é um dos maiores produtores mundiais de petróleo. Então, é evidente que, para o Irã, o problema de instalação ou não de usinas nucleares, é fato secundário.

Mas, com o advento da Era Industrial, o carvão veio a ser encontrado em grande quantidade também em certas nações que assim conseguiram encontrar melhores estágios de desenvolvimento.

E a nós, o que coube ao Brasil? Minguadas jazidas.

Também não fomos felizes com o petróleo aqui encontrado, pelo menos até agora, enquanto durar a fobia do "o petróleo é nosso", enquanto a PETROBRÁS estiver pesquisando, o petróleo é encontrado aqui em parcas quantidades.

Agora, volta-se o mundo para outras formas de energia, a fim de manter seu desenvolvimento e continuar se desenvolvendo.

E, dentre as fontes de energia novas, a meu ver, está a energia nuclear, sem dúvida perigosa, pelos prejuízos ecológicos que contém em potencial.

Entendo que as preocupações dos ecologistas são válidas, e perfeitamente válidas, na medida em que buscam evitar catástrofes que possam atingir a população, talvez comprometendo a vida e a saúde de milhões e milhões de seres.

Entretanto, há de se encarar energia nuclear com mais racionalidade e menos emocionalidade, com menos emoção. Porque, preciso é examinar o que ela representa, efetivamente, como fonte de energia, no presente e no futuro. E o que ela representa, não só para o mundo ocidental, para aqueles que tinham jazidas petrolíferas e que estão se esgotando e para aqueles que nunca tiveram. As nações que nunca encontraram petróleo em seu território. Sabemos que as jazidas petrolíferas até no mundo árabe, estão em vias de extinção. Até nos maiores produtores de petróleo há um temor, evidente que, dentro de um quarto de século, se esgotem essas fontes.

Então, precisamos ver o que representa para o mundo ocidental, especialmente para o Brasil, a energia nuclear como fonte de energia. É necessário aquilatar até que ponto dela ne-

cessitamos, para continuarmos nos desenvolvendo, porque o desenvolvimento, e aí ninguém pode negar, a não ser que a Oposição encontre uma nova forma de energia, que traga subsídios para que discutamos nesta Casa, os subsídios trazidos pela Oposição, ou então que a Oposição diga que não há necessidade de desenvolvimento, que a Nação não é um País emergente, que nós não estaremos com 150, 200 milhões de habitantes, talvez, no fim do século.

Daí sim, se nós estabelecermos um programa de controle da natalidade, como fizeram os principais países da Europa, onde a França saiu da Guerra de 1945 com 45 milhões de habitantes e hoje, 40 anos após, está com 50 milhões. O Brasil, que na época tinha 40 milhões, está com 120 milhões de habitantes. É uma Nação emergente, uma Nação que trará problemas e problemas sociais profundos, se continuar a se desenvolver a natalidade, como se desenvolve no País, atualmente, o aumento da população, e é evidente que o Governo precisa ir pensando em novas fontes de energia, e lembro muito bem, que estive lendo críticas que se fizeram no passado, com a construção das ferrovias, que era a desnacionalização do País, que era um favorecimento aos "trusts" estrangeiros, principalmente aos ingleses que era o País, a Inglaterra, que realmente construía ferrovias em quase todas as Nações.

Então, naquela oportunidade, lia-se já os discursos da Oposição no Congresso Nacional, em que condenavam o Governo em contratar a construção de ferrovias, porque era muito mais fácil abrir rodovias. "Governar era abrir estradas" - até um "slogan" implantou-se no País, e hoje, exatamente a mesma Oposição, está condenando o Governo por não ter construído ferrovias. Hoje, com a crise do petróleo, nós estamos, a Nação, praticamente num beco sem saída, porque todas as nossas riquezas são transportadas hoje através das rodovias, consumindo petróleo, petróleo que não temos, e que agora estamos pagando 32 dólares um barril com um consumo de milhão e cem barris por dia, nesta Nação.

Então, os Senhores vejam que o problema é complexo. Se o Governo brasileiro - e não estou defendendo acordo com Alemanha, não estou defendendo negociações, se eventuais negociações houveram nesse País. Absolutamente. Estou dando apenas a minha opinião, o meu ponto de vista como brasileiro. Que o Governo tem que se precaver, que o Governo tem que buscar novas fontes de energia. A verdade é que nossos rios, as nossas fontes de energia elétrica, também estão caminhando para o esgotamento.

E como é que a Nação vai continuar se desenvolvendo, proporcionando empregos? De que forma?

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, agradeço ao nosso Líder.

Primeiramente, o problema que Vossa Excelência está recorrendo, é a tese que fomos esposar, o problema do lixo atômico. É um problema que deve ser equacionado dentro dos parâmetros em que se possa beneficiar a ecologia e também em concordância com o seu pronunciamento, que é muito válido, o problema da explosão do País, do Brasil, que hoje tivemos a satisfação de ouvir no rádio, é o terceiro País do mundo.

É uma potência que precisa continuar dentro dessa estabilidade, dentro dessa trajetória de progresso. E não poderia, às vezes, por falta de coerência nossa e por medo, muitas vezes, de procurar solucionar um problema atômico, que é o problema do mundo, ficarmos aí com medo careta, como disse o querido amigo Deputado Dácio Leonel, falou em Severo Gomes, conheço Severo Gomes como tecnocrata, vem agora se fazendo anjo, conheço Severo Gomes que se imiscuiu quando ele Ministro não sei do quê, que se imiscuiu. Porque nessa hora, Severo Gomes não deixou a tecnocracia, e não veio nos ajudar e auxiliar o País.

Então Vossa Excelência merece o meu aplauso. As estra-

das de ferro são uma necessidade urgente, não queremos saber se a tecnologia veio do estrangeiro, veio da França, ou talvez da Rússia, que venha ajudar o nosso País, Deputado Erondy Silvério.

Nós vamos, unidos, como diz Vossa Excelência, achar as fórmulas para a doença, achar o remédio, e é isso que temos que fazer, sem criticar. Talvez o lixo atômico seja um mal necessário, talvez a ecologia seja preciso ser sacrificada sem sacrificar vidas, para que possamos, neste Brasil imenso, nesse País de Santa Cruz, possamos ver o nosso País no concerto das Nações, na projeção que ele merece.

Vossa Excelência está de parabéns, defendendo uma tese delicada. Somos contra o lixo atômico, mas somos favoráveis, Deputado Erondy Silvério, a uma fórmula da inteligência humana, que é farta, que Deus nos deu, para encontrarmos uma solução para o lixo atômico, e não derrotistas que não querem ver o País progredir.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e concedo o aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu devo dizer ao Deputado Gabriel Manoel, que estou solidário com ele, também sou contra o lixo atômico, e acho que todos os brasileiros o são. O problema, Deputado Erondy Silvério, que Vossa Excelência citou, que o Governo deve procurar novas fontes de energia. Concorro plenamente com Vossa Excelência.

Mas, nós temos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Aliás, quero dizer a Vossa Excelência que estou analisando o assunto racionalmente, segundo o meu entendimento. Posso até comungar com o que Vossa Excelência disse, com algumas passagens do pronunciamento de Vossa Excelência, com outras não, evidentemente. O Sr. Nilso Sguarezi — Perfeito.

E eu estou procurando ser exatamente racional.

Se a COPEL contribuiu inclusive, no último levantamento do potencial hidrelétrico brasileiro, e nós temos seguramente mais de 200 milhões de kilowatts, de potencial hidrelétrico a ser explorado. O que ocorre, é que o Brasil está explorando apenas um quarto disso aí, aproximadamente 50 milhões.

Então, veja Vossa Excelência o que eu acho, o racional seria, já que o kilowatt hidrelétrico é muito mais barato que o atômico operacional seria; já que o Brasil depende de capital para expansão de outros setores, o racional seria que explorássemos o nosso potencial, que é nosso. É uma fonte inesgotável a água, depois da usina pronta, meia dúzia de funcionários é permanente, não há gasto nem risco, não há poluição.

Então, eu acho que uma tese racional seria essa, que o Governo repensasse a energia nuclear, se o Brasil deve ter, eu acho que deveria ter duas ou três usinas, para tentar tomar conhecimento da tecnologia nuclear. Mas, a disseminação dessas usinas, principalmente nos grandes aglomerados humanos, isso é uma temeridade. Aí sim, eu acho que é uma temeridade.

Um outro reparo que quero colocar a Vossa Excelência, quando eu citei os gerais, não fiz acusação aos gerais. Discordei das afirmações dos gerais, disseram que os argumentos não têm pé nem cabeça, Eu acho que o argumento de explorar o potencial hidrelétrico tem pé e tem cabeça, principalmente tem até coração de brasileiro.

Porque é uma energia nossa e pouca gente desconhece. Fala-se que o Brasil não tem petróleo, não tem carvão, mas pouca gente desconhece que o Brasil é um dos três países que tem maior reserva hidrelétrica do mundo. Só os Estados Unidos e a Rússia é que podem superar o Brasil.

Então, nobre Deputado, se o Brasil tem esse potencial, genuinamente nosso, por que não explorar? Nesse aspecto é que me detive, analisei, e acho que a minha análise foi racional, não emocional.

O que não se deve desconhecer, é o trauma que essas usinas estão criando à população brasileira, também isso é outro aspecto. É emoção é verdade, mas é um fato real, e o Governo tem que manipular com esse dado.

Porque a população está realmente traumatizada. Os exemplos estão aí. Nações mais desenvolvidas do que o Brasil, como o caso da própria Alemanha, a Áustria, a Suíça, plebiscitos têm sido feitos para que o povo opine. Eu acho que é racional que o povo opine, sobre um assunto que é delicado e perigoso.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre Deputado.

Apenas lembrando que na semana de denúncia do acordo nuclear brasileiro, programado pela liderança do PMDB em Brasília, Fernando Cunha, Deputado de Goiás, disse o seguinte, analisando o custo de energia nuclear em comparação com a hidrelétrica. Que o custo do KW nuclear já está na ordem de três mil dólares, enquanto que da Usina Hidrelétrica instalada no País, Itumbiara, Goiás, o KW custou 375 dólares. E citou dados da Comissão de Regulamentação Nuclear dos Estados Unidos, que informa que 500 mil novos casos de câncer foram provocados pela radiação das usinas. E informou ainda que um acidente fatal corresponderia a 17 mil bombas de Hiroshima. E que seria suficiente, em termos de Peruibé, para arrasar com São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Então, acho que estamos invertendo as coisas. Há coisas mais prioritárias como a educação, saúde, alimento, emprego e moradia. É como a gente ir num baile de smocking e alpargatas. Estamos invertendo a ordem das coisas.

Muito obrigado, nobre Deputado, pelo aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, respeito o ponto de vista de Vossa Excelência, da Comissão, afinal, mas é preciso aquilatar-se, examinar a energia nuclear sob o ponto de vista do custo/benefício, e a segurança, pois não desejamos criar monstros que venham a nos matar.

E há que considerar que um País ainda não desenvolvido como o Brasil, onde existe pobreza e até mesmo fome, não pode apenas por emoção e sem maiores exames racionais, afastar uma fonte de energia como propulsora do seu desenvolvimento. Tanto mais que não foi aquinhoadada com outras fontes que foram generosas para outros países mais desenvolvidos do mundo.

Nós sabemos que hoje o custo de energia nuclear é infinitamente maior. Mas não podemos desprezar estudos que amanhã, no futuro, possa no caso da extinção natural de nossas fontes de energia elétrica, possa manter vivo o crescimento e o desenvolvimento do País que precisa, acima de tudo, manter esse crescimento econômico, para que não haja o desemprego, para que não haja fome e o caos social.

Eu agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, e aos Srs. Deputados, a atenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, pela ordem, solicito a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 40 Srs. Deputados.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado** Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, indicando para integrar a Comissão de Cultura e Esportes, o Sr. Deputado Mário Celso, e como suplente o Deputado subscritor. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/80, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que denomina Arnaldo Favro Busato, a Escola de 1.º Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que cria no Município de Nova Aurora, o Distrito Administrativo de Marajó, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 94/79), que revoga o Parágrafo Único, do artigo 142, da Lei n.º 6174, de 16.11.70, introduzido pela Lei n.º 6762, de 23.12.75 e modificado pela Lei n.º 7071, de 28.12.78. (Vantagens na aposentadoria à funcionários com mais de 50 anos de serviço). Parecer, da C.C.J. na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA e da C.R.H., FAVORÁVEL ao projeto e CONTRÁRIO à EMENDA SUBSTITUTIVA. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão o projeto e o Substitutivo.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência vai colocar em votação o projeto e a emenda?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Inicialmente o substitutivo.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo. Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferir e procederá a verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam o substitutivo, queiram levantar-se. (Pausa) Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa) 17 Srs. Deputados aprovam 22 rejeitam. **Rejeitado o Substitutivo.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, um esclarecimento peço a Vossa Excelência, com a devida venia, para este Deputado. Vossa Excelência colocou em Votação o Substitutivo. Mas o projeto tem como apensamento à emenda substitutiva proposta pela Comissão. No meu entender, Sr. Presidente, penso que o projeto deve ser colocado em votação, ressalvada a emenda substitutiva. A seguir então, a emenda substitutiva seria apreciada por este

douto plenário. Não me ocorreu no momento, porque não queria tumultuar o processo de votação. Só para resguardar o Estatuto do Regimento Interno é que eu faço este apelo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa invoca ao nobre Deputado o artigo 170 do Regimento Interno: "Na segunda, como na terceira discussão, de qualquer projeto, os substitutivos apresentados terão preferência de votação seguindo-se a ordem de precedência na apresentação, salvo deliberação contrária tomada pela Assembléia, a requerimento de qualquer deputado."

Em votação o Projeto de Lei n.º 125/79. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 34/80), que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), destinados ao pagamento de pensão especial à viúva e aos filhos de servidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente em serviço, na forma da Lei. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 35/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinados a atender despesas com pensionistas do Tribunal de Justiça, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNÇÃO: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
PROGRAMA: PREVIDÊNCIA
SUBPROGRAMA: PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS
ATIVIDADE: ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DOTAÇÃO: 0501.15824952.031
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 — TRASFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.5.0 — TRASFERÊNCIAS À PESSOAS
3.2.5.2 — TRASFERÊNCIAS À PESSOAS — PENSIONISTAS
Cr\$ 100.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância das dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça constantes do vigente Orçamento Geral do Estado, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNÇÃO: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
PROGRAMA: PREVIDÊNCIA
SUBPROGRAMA: PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS
ATIVIDADE: ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DOTAÇÃO: 0501.15824952.031
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.5.0 — TRANSFERÊNCIAS À PESSOAS
3.2.5.1 — TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS — INATIVOS.
Cr\$ 100.000,00

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.
Curitiba, em 24 de abril de 1.980
a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 35/80

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental de n.º 34/80, o projeto de lei que nos é dado à análise, pretende abrir crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinados a pagamento de pensão especial à viúva e filhos de servidor do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente de serviço.

À falta de dotação orçamentária apropriada notadamente no subelemento de despesa 3.2.5.2, ampara-se, ainda, o pretendido na legislação enunciada às fls. 2 do Projeto.

Assim, do simples exame da matéria, nota-se o embasamento legal do pedido.

Por esse motivo, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 35/80

PARECER:

O presente Projeto de Lei n.º 35/80, oriundo da Mensagem Governamental n.º 34/80, tem por finalidade abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinados ao pagamento de pensão especial à viúva e aos filhos de servidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente em serviço, na forma da lei.

Sobre a matéria já houve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

Com relação ao aspecto financeiro da matéria, objeto da análise por esta Comissão de Finanças, temos que nada impede que o projeto em tela mereça a aprovação desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1.980

aa) Quilse Crisóstomo, Presidente;
Gabriel Manoel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hailton Macedo Soares Pereira. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., em forma de apelo, no sentido de ser instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito, na sede do Município de Três Barras do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo a construção de um prédio destinado a Agência de Rendas Internas de Jaguapitã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs.

Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo seja procedida pintura geral e reconstrução da casa do zelador da Escola de Aplicação Doutor Ribas de Jaguapitã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo seja determinada reforma no prédio do Grupo Escolar "Professor Newton Guimarães" de Jaguapitã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo sejam efetuados estudos sobre a viabilidade de elevação da Comarca de Palmeira à entrância intermediária. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário de Justiça, pela inauguração, ontem, do Centro de Treinamento da Mão de Obra, no Presídio do Ahú, denominado com muito acerto "IVENS LAGOANO PACHECO". — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, sugerindo que o novo preço de garantia do café não seja inferior a Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) por saca. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de telex ao Sr. Deputado Federal Samir Achoa (PMDB-SP), contendo votos de apoio de congratulações pela apresentação do projeto de lei que disciplina a convocação de escolares para comparecimento a solenidades públicas. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Planejamento, da Fazenda e Presidente do Banco Central, propondo o aumento do limite de remuneração para as cadernetas de poupança. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo informações com referência ao surto de hepatite, que preocupa a população do Estado. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para tratar de assuntos relacionados com a Ilha do Mel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o registro em ata do extraordinário êxito que obteve a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, na 3.^a fase da Campanha Contra a Paralisia Infantil. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que determine ao Sr. Secretário a votação da íntegra do requerimento, porque nós não estamos requerendo em nosso nome pessoal. Estamos requerendo que se conste na ata dos trabalhos o regozijo da bancada do PDS, pelo extraordinário êxito alcançado aqui no Paraná, a campanha de vacinação contra a poliomielite, realizada nos dias 14 e 15 do corrente mês, que inegavelmente se constituiu num sucesso, porque cerca de 85% das crianças em idade de 0 a 5 anos, foram vacinadas, dentro da mais perfeita ordem, e o que é mais importante, com a colaboração extraordinária da comunidade paranaense. Sobrou gente nos postos de vacinação. Todos queriam dar a mão, ajudar a população infantil do nosso Estado a livrar-se do terrível flagelo que é a paralisia infantil.

Não vamos nos ater a episódios do passado; não vamos comentar o que já comentamos desta Casa, a descortesia, a falta de consideração do Sr. Ministro da Saúde com o grande cientista Albert Sabin. É um fato superado.

Nós estamos diante de uma realidade concreta, que é a vacinação em todo o território nacional. Mas, especialmente no Paraná, a bancada que dá apoio ao Governo neste Poder Legislativo sente-se jubilosa, porque realmente foi feito um trabalho sério, um trabalho consciente, um trabalho comunitário, um trabalho que não deixa margem a nenhuma acusação da Oposição contra o Governo que apenas pretendeu cumprir o seu dever, a sua obrigação.

Por isso não estamos requerendo voto de louvor e regozijo de nada. Queremos manifestar o júbilo, a satisfação da bancada do PDS, e consignar na ata dos trabalhos esse trabalho extraordinário do Governo do Estado em favor da população infantil. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) O nobre Deputado requer a leitura, na íntegra, do presente requerimento.

Solicito do Sr. 1.^o Secretário, que preceda a leitura. (É procedida a leitura do requerimento)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Gostaria, Sr. Presidente, diante da colocação...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Vossa Excelência está encaminhando a votação?

O SR. LINEU TURRA — Não, apenas uma Questão de Ordem, para esclarecer, para podermos nos posicionar. É que o nobre Líder, Erondy Silvério, declarou que é um requerimento de solidariedade, apenas da bancada, para ser transcrito em Ata.

Isso significa que não é a Assembléia Legislativa que vai votar.

Por essa razão, gostaríamos de saber se vai ser colocado em votação para esta Casa decidir. Porque, segundo o Deputado Erondy Silvério, a intenção é só que seja registrado em Ata um posicionamento da bancada do PDS.

De sorte que, gostaríamos de saber qual a posição da Mesa, se vai colocar o requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa a situação do requerimento. O referido requeri-

mento está em fase de discussão.

O SR. LINEU TURRA — Depois será submetido a votação?
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sim, será submetido a votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Em razão do que está ocorrendo, gostaria de pedir vênua, ao autor do requerimento, que o transformasse em voto de louvor, para que pudéssemos votar tranquilamente. Porque, de fato, é um voto de louvor.

Talvez, Sr. Presidente, o problema da vacina Sabin é um problema diverso, complexo, até dentro das opiniões expostas pela Oposição, quando não admitimos ingerência de estrangeiros em nosso País, porque temos Ministros e Secretários competentes. Eu então queria fazer esse apelo, dentro das prerrogativas que cabe a cada Deputado, que se transformasse em voto de louvor.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta o autor do requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concorde, Sr. Presidente com a sugestão do Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente pessoalmente eu acredito que o requerimento do Deputado Erondy Silvério seja válido. Até que enfim um trabalho nesse Estado, uma campanha deu certo.

Todavia, Sr. Presidente, o tal do voto de louvor é muito discutível, porque esta Assembléia, aprovando este requerimento, estará aplaudindo o Secretário da Saúde que não está respeitando este Poder.

Sr. Presidente, eu tenho um pedido de informações, aprovado por esta Casa. Já se passaram 30 dias e ele não respondeu. A Executiva, ao que tudo indica, reiterou o nosso pedido de informações e até hoje, Sr. Presidente, já se passaram cerca de 20 dias que esse mesmo Secretário, que esta Casa pretende homenagear agora, a desprestigia. Não cumpre a Constituição do Estado. Sr. Presidente, pessoalmente votarei favorável ao requerimento, porque acho que com a Saúde do povo tudo deve ser feito. Pela educação do povo tudo deve ser feito, mas a Constituição do Estado deve ser respeitada também.

Razão pela qual eu cobro hoje novamente, não tanto da Comissão Executiva, mas do Líder do Governo nessa Casa, para que reitere pessoalmente a fim de que o nosso pedido de informações seja respondido.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de trazer aqui uma série de informações de um trabalho executado por um médico especializado no trato da Medicina Preventiva, e que traduz algumas das informações mais claras sobre a temática, para que eu possa ao final, concluir e apresentar o nosso voto.

Sob o título "Medicina Preventiva", Carlos Gentile de Mello que já foi até Assessor do Ministério da Saúde, em tempos atrás, e que tem inúmeros trabalhos editados, diz em sua manifestação:

"No dia 9 de março de 1.979, o ex-Secretário de Saúde, do Rio Grande do Sul, na condição de Líder da ex-Arena pronunciou na Câmara dos Deputados, discurso versando sobre os problemas da Saúde Pública brasileira.

Baseado em estudos técnicos, o Deputado Jair Soares apresentou, entre outras, duas tendências que constituem obices na área da saúde e da assistência médica.

a) Alta prioridade ao tratamento curativo individual, freqüentemente de alto custo, em detrimento das medidas preventivas em geral, de menor custo.

b) Instalação de serviços sofisticados para satisfazer a demanda de setores mais afluentes da sociedade, em detrimento de uma assistência médica simplificada para maioria da população.

Seis dias depois desse pronunciamento, Jair Soares assumiu o cargo de Ministro da Previdência.

Em junho de 1980, um ano depois, a assistência médica previdenciária desenvolvida pelo Inamps, prossegue ampliando em escala significativa, uma política de privatização.

Disso decorre uma nítida preferência pela hospitalização como modalidade assistencial, precisamente, a de mais elevado custo e com isso valorizam-se todas as formas assistenciais baseadas na especialização, com total desprezo pelas medidas preventivas, tal como o denunciado pelo próprio Deputado Jair Soares.

Sr. Presidente, prossegue essa informação:

"parece fácil o entendimento dos mecanismos, que no setor de saúde, desfavorecem a saúde da população.

No âmbito do setor privado, obedecida a lógica da produção de lucros financeiros, o doente representa a matéria-prima do empresário hospitalar. A adoção de medidas preventivas bem orientadas, reduz comprovadamente, o número de doentes. Em outras palavras, na esfera da chamada medicina preventiva", tem uma conceituação mas, na esfera da chamada "medicina de mercado", a prevenção, reduz a matéria-prima dos empresários privados do setor de saúde.

E, não se tem notícia em qualquer parte do mundo, de empresário que esteja interessado em medidas e providências, que tenham por finalidade diminuir a quantidade de matéria-prima necessária ao bom funcionamento de sua indústria ou do seu comércio. Essa é a lógica da privatização dos programas de saúde, responsável em grande parte, pela deteriorização da imagem do médico e o comprometimento da saúde da população."

Acrescenta ainda o articulista:

"Que, esta mesma política de privatização, está sendo ampliada até mesmo aos hospitais de ensino, influi negativamente na formação do médico ainda na sua fase de graduação.

Em Curitiba, por exemplo, o Presidente do INAMPS, Harri Valdir Graeff, decidiu entregar 40% da verba do Funeral destinada ao Hospital da Universidade Federal do Paraná, à Associação Médica Brasileira, que ficará encarregada até do pagamento dos docentes, em função da quantidade dos atos médicos e cirúrgicos praticados, conhecido como pagamento por unidades de serviço, fator incontornável de corrupção.

Segundo depoimento do ex-Secretário regional de assistência médica do INPS no Paraná, Luis Fernando Nicz, diante dos protestos contra esta medida, que desatende aos interesses da assistência, do ensino e da pesquisa, o Presidente do INAMPS retrucou dizendo que "o dinheiro é meu e eu faço o que quiser dele".

Brinca-se com essa saúde popular, com os recursos e com o mecanismo de funcionamento. Mas, continua o mesmo articulista, para ser breve, "Como modelo médico assistencial vigente na Previdência Social, vale dizer no Brasil, é importado dos Estados Unidos, é oportuno lembrar o episódio, muito significativo" que, inclusive nos Estados Unidos, o combate à poliomielite teve início em 55 com o emprego da "vacina Salk", injetável, aplicada em 4 doses realizada nos consultórios médicos, no regime da medicina liberal, da prática privada, com a cobrança dos respectivos honorários profissionais.

Em 1957, a vacina Sabin já havia sido descoberta, com-

provada a sua eficácia e fácil aplicação.

Entretanto, ao contrário da vacina Salk, injetável, a vacina Sabin, para uso oral, não podia continuar no âmbito da clínica privada, que não teria como explicar a cobrança de honorários apenas para pingar 2 gotas da vacina na língua das crianças.

O combate à poliomielite, em consequência, teria que ser transferido para a esfera da saúde pública.

Não obstante, as áreas privatizantes da classe médica, encastelada na American Medical Association, conseguiram impedir durante quase 5 anos, o emprego da vacina Sabin.

Somente em 61, depois de ter sido realizada 236 milhões de imunizações da vacina Sabin na União Soviética, é que a descoberta Norte-Americana, afinal foi utilizada nos Estados Unidos, erradicando-se a poliomielite."

Para não nos alongar muito Sr. Presidente, Srs. Deputados, que inúmeros outros dados este mesmo médico coloca mas, se assim o fizermos esta exposição, foi exatamente para deixar clara, a posição que defende o nosso Partido em grande parte e que nós em particular, também o fazemos.

Da necessidade da medicina socializada, não da mercantilizada e privatizante que hoje se implantou no País. Porque esta inclusive é, juntamente com a maneira que se conduziu o Ministério da Saúde nos últimos anos, os responsáveis pelas deficiências, pelos obstáculos e por toda a crise que passou a saúde pública brasileira.

Esta manifestação nossa, exatamente com o preâmbulo deste extraordinário trabalho de Carlos Gentile de Mello, citando especificamente caso até do Paraná, nós queremos dizer que o Estado prova, através da palavra, inclusive do líder que pode quando quer, quando os seus homens são responsáveis, e eu até deixo aqui sob dúvida dos efeitos totais da campanha, porque apenas as avaliações nós teremos dentro de meses, o Estado quando quer pode assumir a medicina preventiva.

E se ele não faz é porque está dominado por esta visão mercantilista que visa o lucro inclusive, jogando o doente como uma mera mercadoria para a obtenção dos lucros nos diversos hospitais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concluo dizendo tão somente, que independe esse nosso voto.

Podemos votar até favorável e é possível que a bancada assim se manifeste.

Mas fique claro que não ficará de maneira nenhuma esquecida a desgraça que se gerou neste País pela miséria de mentalidade que foi colocada nos programas anteriores, quando a omissão desgraçou famílias no Estado do Paraná e no Brasil inteiro; quando altas figuras do mundo científico ligadas ao setor foram na verdade expulsos da Pátria brasileira.

Porque agora, talvez um pouco tarde até, toma-se uma medida clara, provando-se que o Estado ontem poderia fazer o que hoje acanhadamente quer fazer para comprar assim dizendo, a própria opinião pública brasileira.

Porque ninguém tirará da história desse País a maléfica manifestação do Ministério da Saúde recentemente no Caso do famoso episódio com o cientista Sabin.

Mas pior que isto são os efeitos da incompetência passada e recente daqueles que conduzem hoje ainda a medicina e principalmente os mecanismos de controle da doença através até do trabalho preventivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à União Paranaense de Estudantes.

tes de 1.º e 2.º Graus, pelo 35.º aniversário de sua fundação. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19 quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/79.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/80.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 20, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 33, 34 e 35/80.

Levanta-se a sessão.